

TSR Participações Societárias S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone 55 (31) 2128-5700, Fax 55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
TSR Participações Societárias S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prosegur Holding e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis



feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da TSR Participações Societárias S.A. em 31 de Dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 19 de Abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

TSR Participações Societárias S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	6	131.775	149.109	3.662	679	Fornecedores		121.320	93.242	88	7.787
Clientes	7	462.498	495.414	1.793	252	Empréstimos e financiamentos	14	94.240	26.541	-	-
Impostos a recuperar	8	139.614	120.898	18.885	8.166	Debêntures	15	49.643	35.831	-	-
Despesas antecipadas		20.669	22.964	-	-	Salários e encargos sociais	16	284.813	279.686	500	401
Estoques		6.003	4.329	-	-	Impostos e contribuições		37.093	20.420	785	914
Dividendos e JCP a receber		-	-	2	21.159	Obrigações por compra de participações	18	96.776	120.842	-	98.726
Outros ativos circulantes		58.672	30.396	1	15	Provisões	17	31.475	3.814	-	-
Total do ativo Circulante		819.231	823.110	24.343	30.271	Dividendos e JCP a Pagar		-	35.827	-	35.827
						Outros passivos circulantes		7.616	12.153	267	287
						Total do passivo circulante		722.976	628.356	1.640	143.942
Créditos com partes relacionadas	25	221.055	144.260	-	3.122	Fornecedores		33.361	52.270	-	-
Ativo fiscal diferido	24	91.656	70.258	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	2.493	2.733	-	-
Depósitos judiciais	9	46.230	47.625	36	24	Debêntures	15	23.778	69.021	-	-
Créditos a receber de terceiros	10	23.623	27.459	-	-	Impostos e contribuições		95.133	87.731	-	-
Outros ativos não circulantes		3.928	6.787	-	-	Obrigações por compra de participações	18	96.076	132.038	-	106.838
Total do ativo realizável a longo prazo		386.492	296.389	36	3.146	Débitos com partes relacionadas	25	66.612	-	292.285	280.857
						Provisões	17	233.511	196.174	898	46
Investimentos	11	-	60	1.272.703	1.595.725	Total do passivo não circulante		550.964	539.967	293.183	387.741
Imobilizado	12	265.535	271.648	-	-	Patrimônio líquido					
Intangível	13	810.839	879.463	5.771	4.507	Capital social	19	505.703	489.341	505.703	489.341
Total do ativo não circulante		1.462.866	1.447.560	1.278.510	1.603.378	Reservas de capital	19	112.436	125.532	112.436	125.532
						Reservas de lucros	19	381.770	481.121	381.770	481.119
						Reserva de reavaliação		269	1.267	269	1.267
						Outros resultados abrangentes		7.852	4.707	7.852	4.707
						Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.008.030	1.101.968	1.008.030	1.101.966
						Total do patrimônio líquido dos acionistas não controladores		127	379	-	-
						Total do passivo		1.273.940	1.168.323	294.823	531.683
Total do Ativo		2.282.097	2.270.670	1.302.853	1.633.649	Total do passivo e patrimônio líquido		2.282.097	2.270.670	1.302.853	1.633.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TSR Participações Societárias S.A.

Demonstrações de resultados

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
Receita líquida	21	3.056.961	3.104.208	-	-
Custo dos serviços prestados	22	(2.339.271)	(2.324.148)	-	-
Lucro bruto		717.690	780.060	-	-
Despesas comerciais	22	(144.935)	(144.996)	-	(3)
Despesas gerais e administrativas	22	(563.407)	(426.013)	(15.262)	(13.440)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.179	-	7.790	2.699
Resultado de equivalência patrimonial	11	14.539	2.386	(22.298)	152.560
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		27.066	211.437	(29.770)	141.816
Despesas financeiras	23	(207.363)	(95.201)	(30.063)	(40.333)
Receitas financeiras	23	126.051	50.303	7.863	3.045
Despesas financeiras líquidas		(81.312)	(44.898)	(22.200)	(37.288)
Resultado antes dos impostos		(54.246)	166.539	(51.970)	104.528
Imposto de renda e contribuição social	24	15.961	(44.349)	13.732	18.323
Resultado do exercício		(38.285)	122.190	(38.238)	122.851
Resultado atribuído a					
Acionistas controladores		(38.281)	121.847	-	-
Acionistas não controladores		(4)	343	-	-
Resultado por ação básico e diluído		(0,00)	4,25	(0,00)	4,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TSR Participações Societárias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2015	2014	2015	2014
Resultado líquido do exercício	(38.285)	122.190	(38.238)	122.851
Outros Resultados Abrangentes				
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado				
Remensuração do passivo de benefício definido	3.145	163	3.145	163
Resultado abrangente total do exercício	<u>(35.140)</u>	<u>122.353</u>	<u>(35.093)</u>	<u>123.014</u>
Resultado abrangente atribuído a				
Acionistas controladores	(35.140)	122.353		
Acionistas não controladores	-	-		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TSR Participações Societárias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital social	Reserva de capital - Ágio na emissão de ações	Reserva de reavaliação reflexa	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes reflexos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
					Legal	Lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	407.674	98.647	35.166	1.719	28.744	380.923	4.544	-	957.417
Resultado abrangente do exercício									
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	122.851	122.851
Outros resultados abrangentes no período, reflexo	-	-	-	-	-	-	163	-	163
Transações com acionistas									
Aumento de capital	81.667	(98.647)	90.366	-	-	-	-	-	73.386
Realização reserva de reavaliação, reflexo	-	-	-	(452)	-	452	-	-	-
JCP distribuídos	-	-	-	-	-	(51.851)	-	-	(51.851)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	122.851	-	(122.851)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	489.341	-	125.532	1.267	28.744	452.375	4.707	-	1.101.966
Resultado abrangente do exercício									
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(38.238)	(38.238)
Outros resultados abrangentes no período, reflexo	-	-	-	-	-	-	3.145	-	3.145
Transações com acionistas									
Aumento de capital	16.362	-	-	-	-	-	-	-	16.362
Realização reserva de reavaliação, reflexo	-	-	-	(998)	-	998	-	-	-
Resgate de ações de investida	-	-	(13.096)	-	-	-	-	-	(13.096)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(62.109)	-	-	(62.109)
Absorção de prejuízo	-	-	-	-	-	(38.238)	-	38.238	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	505.703	-	112.436	269	28.744	353.026	7.852	-	1.008.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TSR Participações Societárias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(38.285)	122.190	(38.238)	122.851
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	131.512	125.033	-	-
Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	9.329	12.917	-	-
Provisões para contingências líquidas	81.191	100.539	852	-
Resultado de equivalência patrimonial	(14.539)	(2.386)	22.298	(152.560)
Valor residual de ativos permanentes baixados	16.943	18.909	-	-
Impostos diferidos	(1.562)	(11.675)	-	-
Juros e variações monetárias líquidas	117.514	137.103	3.604	25.377
Atualização Passivo Atuarial	3.145	163	562	332
	305.248	502.793	(10.922)	(4.000)
(Aumento) redução de ativos				
Contas a receber de clientes	23.671	36.533	(1.541)	633
Impostos a recuperar	(18.716)	(27.429)	(10.719)	(1.146)
Estoques	(1.675)	4.758	-	-
Depósitos judiciais	68.234	(59.202)	(12)	-
Outros	(33.287)	(1.425)	(1.816)	76
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	9.965	57.204	(7.699)	7.286
Salários e encargos sociais	5.127	7.354	99	159
Impostos a recolher	(32.413)	(23.705)	(129)	892
Outros	(4.234)	1.066	(17)	276
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	321.920	497.947	(32.756)	4.176
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(72.254)	(88.500)	-	-
Pagamento obrigações por compra de participações, líquido	(87.048)	(70.182)	-	(102.033)
Alienações de ativo imobilizado	-	(2.072)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	54.156	72.736	56.286
Caixa líquido das atividades de investimento	(159.302)	(106.598)	72.736	(45.747)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital de acionistas	-	73.386	16.361	-
Antecipação de clientes (Operação de Duplicatas Descontadas)	-	23.976	-	-
Empréstimos e financiamentos tomados	90.000	676	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(73.712)	(114.030)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(97.936)	(105.823)	(62.109)	(51.852)
Mútuos entre partes relacionadas, líquido	(98.304)	(195.564)	8.751	93.543
Caixa líquido (aplicado nas)provenientes das atividades de financiamento	(179.952)	(317.379)	(36.997)	41.691
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(17.334)	73.970	2.983	120
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	149.109	75.139	679	559
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	131.775	149.109	3.662	679
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(17.334)	73.970	2.983	120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A TSR Participações Societárias S.A. é uma holding do Grupo Prosegur Brasil. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Ermano Marchetti n.º 1.435, cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. O Grupo a qual a Companhia participa está envolvido primariamente na prestação de serviços de logística e transporte de valores e vigilância patrimonial ativa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”). O Grupo está envolvido primariamente na prestação de serviços de logística e transporte de valores, e vigilância patrimonial ativa.

2 Relação de entidades controladas

As controladas do Grupo estão todas sediadas no Brasil.

	Tipo de Controle	Participação acionária %	
		31/12/2015	31/12/2014
Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança	Direto (*)	99,99	99,99
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.	Indireto (**)	-	99,00
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda.	Indireto (**)	-	99,99
Transvig Transporte de Valores e Segurança Ltda.	Indireto (**)	-	100,00
C.T.P. - Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	Indireto (**)	99,79	99,99

(*) Essas entidades são controladas diretamente pela TSR Participações Societárias S.A.

(**) Essas entidades são controladas diretamente pela Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança.

Vide política contábil de consolidação na nota explicativa 4(a).

a. Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança (“Prosegur Brasil”)

A principal entidade operacional do Grupo, com pouco mais de 95% do total dos ativos consolidados do Grupo, tem como objeto social a prestação de serviços de logística e transporte de valores, envolvendo dinheiro, documentos, títulos de crédito, metais preciosos, em barras ou amoadados, e outros valores e objetos conversíveis em dinheiro. Ela atua, ainda, na manipulação, guarda e custódia de valores, contagem de numerário, arquivos físicos e eletrônicos, preparação de documentos compensáveis, manualmente ou por meio eletrônico, administração de pagamentos e recebimentos, manutenção de equipamentos e administração de caixas bancários automáticos (ATM), dentre outros. Atualmente possui 120 filiais distribuídas em 26 Estados do Brasil, contando com um efetivo de 46.591 colaboradores (48.307 em 2014).

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações na legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia 19 de abril de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras mensuradas pelos seus valores justos por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4(f) - classificação de arrendamento mercantil.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 - premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 12 - premissa sobre a mensuração da vida útil dos ativo imobilizado;

- Nota explicativa 13 - premissa sobre a amortização dos ativos intangíveis e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do fundo de comércio;
- Nota explicativa 17 - mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais e reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 24 - premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos.

e. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas descritas na nota explicativa 4 e incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora TSR Participações e das controladas sediadas no Brasil, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da TSR Participações pelo método da equivalência patrimonial.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial apenas quando o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas.

Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de, no máximo, três meses a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no

resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro é realizada quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, limites de cheque especial e obrigações por compra de participações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, excluído de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o atraso ou não pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que o mesmo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O Grupo avalia tais evidências no nível individualizado e coletivo. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é revisado anualmente na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e se ainda houver perda remanescente, o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs é reduzido em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não exista mais. Uma perda de valor é revertida se houver uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais e, a partir de 1º de janeiro de 1996, pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O imobilizado em curso é composto predominantemente por obras civis, reforma e aquisição de novos blindados, ampliação da rede de processamento de dados e microcomputadores, ampliação e modernização de maquinários de tesouraria.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para o Grupo e que o seu custo possa medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado na medida em que incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que se aproxima do padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se o Grupo tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é posterior a 1º de janeiro de 2009. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis (exceto ágio), a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos onde o Grupo assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do mesmo.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do mesmo é confirmado.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato, o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento se o cumprimento do depende do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo quando transfere o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto.

g. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

h. Benefícios a empregados

(i) Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são

levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinação no início do período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e considerando quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Receita operacional

(i) Serviços

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados. A receita pela prestação de serviços de vigilância patrimonial e de transporte de valores, não faturada, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

I. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Esses são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ele não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às reversões das diferenças temporárias, baseando-se nas leis vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios);
- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas;

- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Caixa	476	893	-	-
Bancos conta movimento	90.469	33.703	135	30
Aplicação financeira	40.830	114.513	3.527	649
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>131.775</u>	<u>149.109</u>	<u>3.662</u>	<u>679</u>

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20. Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e compromissadas remunerados a aproximadamente 93,25% (89,84% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo como equivalentes de caixa.

7 Clientes - consolidado

	2015	2014
Contas a receber de terceiros no país	285.936	253.681
Contas a receber de partes relacionadas	1.784	31
Serviços a faturar	213.558	276.344
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(38.780)</u>	<u>(34.642)</u>
Total contas a receber de clientes	<u>462.498</u>	<u>495.414</u>

Reconhecimento dos serviços a faturar

A grande maioria dos serviços a clientes são faturados entre os dias 6 a 15 do mês subsequente a sua execução. Dessa forma, todos os serviços já executados dentro do mês correspondente ainda não faturados são registrados na conta de “Serviços a faturar” no grupo contábil de “Clientes” no ativo circulante, em contrapartida à conta de “Receita” na demonstração do resultado do exercício.

A composição de Clientes, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2015	2014
A vencer	410.080	472.594
0 a 30 dias	30.996	22.053
31 a 60 dias	11.246	6.987
61 a 90 dias	6.257	3.367
91 a 180 dias	12.547	9.288
Mais de 181 dias	30.152	15.767
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(38.780)</u>	<u>(34.642)</u>
Total	<u>462.498</u>	<u>495.414</u>

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2015	2014
Saldos em 1º de janeiro	(34.642)	(23.765)
Créditos provisionados no exercício	(9.329)	(12.917)
Baixas definitivas de títulos	<u>5.191</u>	<u>2.040</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>(38.780)</u>	<u>(34.642)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica despesas comerciais na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos à provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa são realizados contra a baixa definitiva do título.

8 Impostos a Recuperar

Natureza dos impostos recuperáveis	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2015	2014	2015	2014
Impostos sob o faturamento	72.469	44.338	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	<u>67.145</u>	<u>76.560</u>	<u>18.885</u>	<u>8.166</u>
Total dos impostos a recuperar	<u>139.614</u>	<u>120.898</u>	<u>18.885</u>	<u>8.166</u>

9 Depósitos judiciais - consolidado

Natureza dos processos	2015	2014
Trabalhistas	12.477	19.722
Cíveis	11.833	14.086
Tributárias	<u>21.920</u>	<u>13.817</u>
Total dos depósitos judiciais	<u>46.230</u>	<u>47.625</u>

No exercício de 2014, através de decisão judicial, as partes (Prosegur Brasil e antigos sócios da Transpev) selaram acordo onde cada qual assumiu a sua responsabilidade de ganhos e perdas.

Em função disto, em 2014 ocorreu a transferência para a conta de Depósitos Judiciais os saldos anteriormente classificados como “Créditos a Receber de Terceiros”.

10 Créditos a receber de terceiros - consolidado

Referem-se a pagamentos de liquidação e desembolsos em processos judiciais de responsabilidade dos antigos sócios de empresas adquiridas em 2012, conforme cláusulas contratuais. Anualmente, ocorrem reuniões entre os representantes dos antigos sócios das empresas adquiridas e a Prosegur para aprovação do valor a ser descontado nas próximas parcelas a vencer referente ao valor parcelado destas operações, veja nota explicativa 18.

11 Investimentos - controladora

As investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial não possuem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Em Outubro de 2014, a Companhia realizou a aquisição da empresa Transvig Transporte de Valores e Vigilância Ltda., localizada e com operações no estado de Roraima (RR).

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas diretas e indiretas e não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Para as controladas indiretas (Prosegur Administração de Recebíveis Ltda., C.T.P - Centro de Treinamento Prosegur Ltda. e Transvig Transportes de Valores e Segurança Ltda.) estão sendo apresentadas apenas as informações de ativos, passivos e patrimônio líquido. Dessa forma, foram apresentados somente os saldos de equivalência patrimonial e investimento da Companhia nas entidade controladas diretamente, a Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança e a Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.

Dados sobre as participações

	Part %	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Lucro ou Prejuízo	Res. Equiv. Patrimonial	Valor dos Investimento
2014											
Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança	99,99%	774.206	2.064.967	2.839.173	537.054	735.290	1.272.344	1.566.829	141.606	141.606	1.566.829
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda	98,85%	34.503	145.352	179.855	16.994	133.574	150.568	29.287	11.090	11.001	28.896
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda	99,79%	704	22.045	22.749	24	19.169	19.193	3.556	776	(648)	-
Centro de Treinamento Prosegur Ltda	99,62%	505	579	1.084	86	1.015	1.101	(17)	48	(48)	-
Transvig Transporte de Valores e Vigilância Ltda	100,00%	4.235	670	4.905	2.173	660	2.833	2.072	(367)	649	-
Total		814.153	2.233.613	3.047.766	556.331	889.708	1.446.039	1.601.727	153.153	152.560	1.595.725
2015											
Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança	99,99%	810.202	1.791.846	2.602.048	752.882	576.447	1.329.329	1.272.719	(36.390)	(36.390)	1.272.719
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda (i)	0%	48.981	26.943	75.924	23.429	13.522	36.951	38.973	33.818	14.686	-
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda (ii)	0%	535	9.182	9.717	414	3.949	4.363	5.354	1.797	(902)	-
Centro de Treinamento Prosegur Ltda	99,62%	825	563	1.388	256	1.193	1.449	(61)	(43)	(43)	(16)
Transvig Transporte de Valores e Vigilância Ltda (iii)	0%	4.707	860	5.567	2.364	780	3.144	2.423	351	351	-
Total		865.250	1.829.394	2.694.644	779.345	595.891	1.375.236	1.319.408	(467)	(22.298)	1.272.703

- (i) Em 31 de dezembro de 2015 o percentual de participação da Companhia foi totalmente transferido para controladora TSR - Participações Societárias S.A.
- (ii) Em 31 de julho de 2015 o percentual de participação da Companhia foi totalmente transferido para empresa Prosegur Global SIS, pertencente ao grupo na Espanha.
- (iii) Em 28 de fevereiro de 2015 a Transvig foi incorporada pela Prosegur Brasil.

12 Imobilizado - consolidado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equiptos. e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equiptos. de process. de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldos em 31/12/2013	40.881	169.734	33.736	179.571	47.551	74.100	58.228	2.330	606.131
Adições	-	-	-	-	-	-	64.167	-	64.167
Transferências	8.526	(7.133)	(1.440)	9.451	47.450	17.349	(74.900)	697	-
Baixas	(3.983)	(458)	(841)	(454)	-	(4.115)	(13.910)	(28)	(23.789)
Saldos em 31/12/2014	45.424	162.143	31.455	188.568	95.001	87.334	33.585	2.999	646.509
Adições	-	10.312	302	94	1.130	27	33.445	5.318	50.628
Transferências	317	17.282	1.283	14.081	2.129	2.599	(39.797)	2.106	-
Baixas	(37)	(18.227)	(2)	(14.516)	(78)	(1.629)	(1.672)	(5.494)	(41.655)
Incorporações	-	519	159	974	52	-	-	150	1.854
Saldos em 31/12/2015	45.704	172.029	33.197	189.201	98.234	88.331	25.561	5.079	657.336

Depreciação acumulada	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equiptos. e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equiptos. de process. de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldos em 31/12/2013	(3.883)	(98.517)	(19.709)	(136.154)	(33.428)	(39.497)	-	(4.689)	(335.877)
Depreciação	(1.367)	(13.404)	(2.094)	(14.401)	(7.495)	(10.447)	-	(854)	(50.062)
Transferência	(62)	27.520	-	-	(26.882)	-	-	(576)	-
Baixas	201	35	3.831	3.463	-	298	-	3.250	11.078
Saldos em 31/12/2014	(5.111)	(84.366)	(17.972)	(147.092)	(67.805)	(49.646)	-	(2.869)	(374.861)
Depreciação	(1.089)	(15.425)	(2.187)	(16.199)	(9.687)	(6.778)	-	(698)	(52.063)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	16.259	-	12.760	57	1.320	-	5.047	35.443
Incorporações	-	(20)	(6)	(242)	(8)	-	-	(44)	(320)
Saldos em 31/12/2015	(6.200)	(83.552)	(20.165)	(150.773)	(77.443)	(55.104)	-	1.436	(391.801)
Taxas anuais de depreciação (%)	0 a 4	10	10	10	20	55	-	10 a 20	
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2014	40.313	77.777	13.483	41.476	27.196	37.688	33.585	130	271.648
Saldo em 31/12/2015	39.504	88.477	13.032	38.428	20.791	33.227	25.561	6.515	265.535

Garantia

Em 31 de dezembro de 2015, propriedades com o valor contábil de R\$11.797(2014: R\$12.231) estão sujeitas a uma penhora registrada para garantir a execução de um processo fiscal. O processo judicial é de natureza fiscal, classificado com risco de perda remota, é acompanhado por assessores jurídicos da Companhia. Não há nenhum ativo em garantia a empréstimos.

13 Intangível - consolidado

Custo do Intangível Bruto	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitividade	Total
Saldos em 31/12/2013	718.126	324.225	44.234	64.456	15.024	15.906	1.181.971
Adições	-	16.020	1.614	-	7.085	-	24.719
Transferências	-	-	18.853	-	(18.853)	-	-
Baixas	-	-	(2.591)	(572)	-	-	(3.163)
Saldos em 31/12/2014	718.126	340.245	62.110	63.884	3.256	15.906	1.203.527
Adições	12.223	2.151	1.142	5	8.113	-	23.634
Transferências	7.284	(7.254)	3.702	-	(3.732)	-	-
Baixas (iii)	-	(36.715)	(1.156)	-	-	-	(37.871)
Saldos em 31/12/2015	737.633	298.427	65.798	63.889	7.637	15.906	1.189.290
Amortização Acumulada							
	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitividade	Total
Saldos em 31/12/2013	(145.575)	(31.476)	(34.808)	(38.417)	-	(6.655)	(256.931)
Amortização	(46.052)	-	(5.792)	(12.249)	-	(3.040)	(67.133)
Saldos em 31/12/2014	(191.627)	(31.476)	(40.600)	(50.666)	-	(9.695)	(324.064)
Amortização (iii)	(58.335)	25.062	(6.894)	(11.324)	-	(2.896)	(54.387)
Saldos em 31/12/2015	(249.962)	(6.414)	(47.494)	(61.990)	-	(12.591)	(378.451)
Taxas anuais de amortização (%)	5 a 20	-	20	25 a 33	-	20	
Intangível líquido							
Saldos em 31/12/2014	526.499	308.769	21.510	13.218	3.256	6.211	879.463
Saldos em 31/12/2015	487.671	292.013	18.304	1.899	7.637	3.315	810.839

(i) Amortização

Em função das aquisições da Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S/A (adquirida em 2010), Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (adquirida em 2011) e Grupo Nordeste (adquirido em 2012), foram identificados ágios gerados nas compras e ativos intangíveis de combinação de negócios, com base em laudos elaborados por empresa independente. Os ativos intangíveis alocados dos ágios possuem vida útil definida, com amortização linear, conforme prazo apresentado abaixo:

	Prazo de Amortização (anos)
Marcas, direitos e patentes	3 a 4
Carteira de clientes (grandes)	13 a 18
Carteira de clientes (outros)	5 a 14
Acordo de não competitividade	5

Além dos ativos intangíveis mencionados anteriormente, como advindos de combinações de negócios, registraram-se gastos com aquisições no ano de 2005 das carteiras de clientes de empresas concorrentes, com operações nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os quais estão sendo amortizados, de forma linear, de acordo com o período de vida útil determinado com base em estudo desenvolvido por empresa especializada, cujas taxas variam de 5% a 8,93% ao ano, de acordo com a carteira envolvida. Ademais, os gastos com aquisição e desenvolvimento de *software*, amortizados pelo método linear a taxa de 20% ao ano.

(ii) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (Fundo de Comércio) foi baseado no valor justo menos as despesas de vendas. O valor justo menos despesas de vendas foi determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente. Não houve indicações de necessidade de perda do valor recuperável.

(iii) Encontro de contas

No exercício de 2015, a controlada Prosegur Brasil realizou um encontro de contas entre custo e amortização dos valores referente a amortização do fundo de comércio (*Goodwill*) registrados anteriormente a Lei nº 11.638/2007. O total desta operação foi de R\$25.062 e não afetaram o resultado e nem o fluxo de caixa da Companhia.

14 Empréstimos e financiamentos - consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Maiores informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, estão apresentadas na nota explicativa 20.

	2015	2014
Passivo circulante		
Recebimento antecipado de Duplicatas Descontadas	-	23.976
Capital de giro (CCB)	91.241	-
Arrendamento mercantil	2.999	1.798
Finame	-	767
Total	94.240	26.541
Passivo não circulante		
Arrendamento mercantil	2.493	1.950
Finame	-	783
Total	2.493	2.733

Operação de Duplicatas Descontadas

No último trimestre de 2014, a Companhia realizou uma operação de Desconto de Duplicatas junto a instituição financeira Deutsche Bank S.A - Banco Alemão, que cedeu um montante de R\$47.825 em títulos performados com vencimento em janeiro e fevereiro de 2015. Nessa operação, de modalidade sem regresso, ficou acordado que a Prosegur Brasil S.A seria a agente de cobrança dos títulos. No exercício de 2015 não ocorreram operações desta natureza.

No final do mês de Dezembro de 2014, a Companhia recebeu antecipadamente de seus clientes parte dos títulos cedidos, no montante de R\$23.976, cujo valor registrado reflete a obrigação junto a referida instituição financeira.

Termos e cronograma de amortização da dívida de arrendamento mercantil

			2015		2014	
			Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor Contábil
Arrendamento mercantil	Moeda	Ano de vencimento				
	R\$	2015	-	-	1.798	1.798
	R\$	2016	2.999	2.999	1.412	1.412
	R\$	2017	1.155	1.155	457	457
	R\$	2018	786	786	81	81
	R\$	2019	552	552	-	-
Total passivos com arrendamento			5.492	5.492	3.748	3.748

Determinados contratos de arredamento mercantil são firmados de forma irretatáveis, sujeitos a encargos de CDI mais juros de 0,85% a 2,1% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja última parcela está prevista para o ano de 2019. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos bens adquiridos.

Termos e cronograma de amortização dos empréstimos para Capital de Giro

	Moeda	Ano de vencimento	2015	2014
	R\$	2016	91.241	-
Total passivos com capital de giro			91.241	-

Os contratos de capital de giro estão sujeitos a encargos de 118% a 122% do CDI ao ano, utilizados para pagamento de Debêntures e renovação de seguro, cujas parcelas estão previstas para encerramento no ano de 2016.

15 Debêntures - consolidado

	2015	2014
Passivo circulante		
Debêntures Curto Prazo	<u>49.643</u>	<u>35.831</u>
Total	<u>49.643</u>	<u>35.831</u>
Passivo não circulante		
Debêntures Longo Prazo	24.822	70.933
Custo com as captações Longo Prazo	<u>(1.044)</u>	<u>(1.912)</u>
Total	<u>23.778</u>	<u>69.021</u>

Em 11 de abril de 2012, foi formalizado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 230.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança. Os recursos obtidos pela emissora por meio de oferta pública restrita foram destinados prioritariamente para liquidação do empréstimo ponte tomado pela emissora junto aos coordenadores e/ou empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico dos mesmos, para pagamento da 1ª parcela do preço de aquisição do Grupo Nordeste e o saldo remanescente foi destinado para aquisição e reperfilamento da dívida das empresas Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda., Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda., Nordeste segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda., Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda., Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda., Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda., Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda., Nordeste Transporte de Valores Ltda., e Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda.

As debêntures, não conversíveis em ações da Emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, tem prazo de 05 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de março de 2017. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture foi de R\$1.000, na data de emissão, respeitando o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM 476, tendo sido, portanto, emitidas 230 (duzentas e trinta) debêntures. O Valor Nominal Unitário das debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo que as primeiras duas parcelas foram amortizadas em 07 de março e 07 de setembro de 2013.

Conforme documento emitido no dia 23 de janeiro de 2014, a Companhia criou um evento de “Amortização Extraordinária, Juros e Prêmio da Série Única da 1ª Emissão de Debêntures da PROSEGUR BRASIL S.A. TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA - ativo PRSG11”. Este documento foi assinado pelos representantes legais da Companhia e possui aprovação do Agente Fiduciário (SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.).

A amortização extraordinária do principal e juros, assim como o pagamento do prêmio de 0,90%, ocorreu no dia 31 de janeiro de 2014 sob montante de R\$ 82.997, equivalente a 31,9068% de amortização do principal das Debêntures da Série Única da 1ª Emissão. Com esta operação o cronograma de amortização passou a vigorar conforme quadro abaixo:

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Amortização (R\$ mil)
1	07/03/2013	11,12%	25.577
2	07/09/2013	5,56%	12.788
3	31/01/2014	31,91%	73.386
4	07/03/2014	3,43%	7.891
5	07/09/2014	3,43%	7.891
6	07/03/2015	3,43%	7.891
7	07/09/2015	10,28%	23.644
8	07/03/2016	10,28%	23.644
9	07/09/2016	10,28%	23.644
10	07/03/2017	10,28%	23.644
		100,00%	230.000

A Escritura foi celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da emissora, realizada em 28 de março de 2012, sendo que, para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das debêntures foi 07 de março de 2012. As debêntures foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme colocação para a totalidade das Debêntures, de forma não solidária, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. O agente fiduciário da operação é a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. Os bancos acima mencionados atuaram como intermediários da operação, através de oferta de investidores.

O banco mandatário da emissão foi o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, capital. A oferta restrita foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM e não será objeto de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º do código ANBIMA.

As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por de Módulo de Distribuição de Títulos e Modulo Nacional de Debêntures e somente poderão ser negociadas nos mercados de valores mobiliários, entre investidores qualificados definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do 109 da instrução CVM nº 409 de 2004.

O Valor Nominal Unitário das debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data da primeira subscrição e integralização, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos depósitos, interfinanceiros de um dia expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa de 2,30% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das debêntures e pagos ao final de cada período de capitalização.

A remuneração é paga semestralmente, a partir de emissão, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 07 de setembro de 2012. Farão jus à remuneração os titulares de debêntures ao final do dia útil anterior a cada data de pagamento da remuneração.

A Prosegur Compañía de Seguridad S.A. (Garantidora Espanhola em conjunto com as Garantidoras Brasileiras) prestou, por meio de uma *Letter of guarantee* constituída de acordo com as leis da Espanha, garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal pagadora, solidariamente responsável com a emissora e com as garantidoras brasileiras, pelo pagamento das obrigações garantidas. Valor total da emissão de R\$230.000. As debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, à vista, em moeda corrente nacional de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP.

A escritura de emissão estabelece algumas condições que, em caso de descumprimento durante o período de vigência, podem acarretar no vencimento antecipado das debêntures. Dentre elas, destacam-se as seguintes:

- Relação entre dívida líquida e EBTIDA da Garantidora Espanhola seja superior a 3,0 (três inteiros) e
- Relação entre EBITDA e a despesa financeira líquida da garantidora espanhola seja inferior a 5,0 (cinco inteiros).
O agente fiduciário fará anualmente a medição de referidos índices financeiros com base nos demonstrativos financeiros consolidados e auditados da Garantidora Espanhola. A Garantidora Espanhola obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário referidos demonstrativos financeiros no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da divulgação ao mercado das demonstrações financeiras da Garantidora Espanhola.

Em 31 de dezembro de 2015, os índices acima mencionados estão sendo cumpridos.

16 Salários e encargos sociais - consolidado

	2015	2014
Salários a pagar	57.455	58.117
Provisão de férias	151.207	156.649
FGTS e INSS a pagar	28.964	29.216
Outros encargos e provisões a pagar	<u>47.187</u>	<u>35.704</u>
Total	<u>284.813</u>	<u>279.686</u>

17 Provisões – consolidado

	Contingências			Benefícios a empregados	Outras provisões	Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas			
Saldos em 31/12/13	147.290	11.426	208.111	6.648	2.901	376.376
Adições	57.528	14.436	218.696	2.990	913	294.563
Baixas - pagamentos	(47.173)	(9.762)	(67.336)	-	-	(124.271)
Reversões	(45.527)	(2.101)	(82.244)	-	-	(129.872)
Líquido depósitos judiciais (d.)	(44.998)	-	(171.810)	-	-	(216.808)
Saldos em 31/12/14	67.120	13.999	105.417	9.638	3.814	199.988
Circulante	-	-	-	-	3.814	3.814
Não circulante	67.120	13.999	105.417	9.638	-	196.174
Adições	23.443	6.016	122.814	-	27.661	179.934
Baixas - pagamentos	(1.667)	(2.761)	(162.936)	(2.333)	-	(169.697)
Reversões	14.692	(2.601)	(51.794)	-	-	(39.703)
Líquido depósitos judiciais (d.)	(3.302)	-	97.766	-	-	94.464
Saldos em 31/12/15	100.286	14.653	111.267	7.305	31.475	264.986
Circulante	-	-	-	-	31.475	31.475
Não circulante	100.286	14.653	111.267	7.305	-	233.511

a. Provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. As provisões para eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas na opinião de seus assessores legais.

A Companhia tem ações de natureza tributária, trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$191.579(R\$122.253 em 2014), para as quais não há provisão constituída.

b. Benefícios a empregados

Conforme política contábil mencionada nas notas explicativas 3(g)(i), a Companhia não possui plano de benefícios previdenciários e apenas concede plano de assistência médica decorrente da Lei nº 9.656 de 03/06/1998.

Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido

	Obrigações por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldos em 1º de janeiro	9.478	6.648	-	-	9.478	6.648
Incluídos no resultado						
Custos do serviço corrente	236	447	-	-	236	447
Custos do serviço passado	178	264	-	-	178	264
Despesa (receita) de juros	234	877	-	-	245	1.037
	10.126	8.236	-	-	10.137	8.396
Incluídos em ORA						
Perdas (ganhos) de remensuração:						
- premissas demográficas	(1.211)	626	-	-	(1.211)	626
- premissas financeiras	(1.512)	607	-	-	(1.512)	607
- ajustes pela experiência	168	248	-	-	168	248
	(2.555)	1.481	-	-	(2.555)	1.481
Outros						
Benefícios pagos	(277)	(239)	-	-	(277)	(239)
	(277)	(239)	-	-	(277)	(239)
Saldos em 31 de dezembro	7.294	9.478	-	-	7.305	9.638
Segregação da obrigação:						
- Ativos e autopatrocinados						19.723
- Aposentados e pensionistas						397
Total						20.120

(i) *Premissas atuariais*

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório foram (em média ponderada):

	2015	2014
Taxa de desconto	7,20% a.a.	6,17% a.a.
Taxa de inflação de Longo Prazo	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de tendência dos custos médicos	3.0%a.a	3.0%a.a

(ii) *Análise de sensibilidade*

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado a seguir:

31 de dezembro de 2015	Obrigações de benefício definido	
	Aumento	Redução
Taxa de desconto [+ (-) 0,5%]	10.719	8.589
Taxa de inflação de Longo Prazo [+ (-) 0,5%]	9.687	7.766
Taxa de tendência dos custos médicos [+ (-) 0,5%]	8.616	7.032
Efeitos sobre a mortalidade futura [+ (-) 1 ano]	9.328	7.766

c. Outras provisões

Referem-se a provisões para riscos em falhas na operação de transporte de valor ou vigilância ativa.

d. Apresentação líquida das provisões contingenciais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as provisões de contingências foram apresentadas pelo montante líquido dos respectivos depósitos judiciais. A forma de apresentação em foi alterada pela Companhia, uma vez que neste exercício a administração vinculou as contingências aos respectivos depósitos judiciais. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Nota Explicativa de contingências não apresentava o montante líquido e foram reclassificadas.

18 Obrigações por compra de participações - consolidado

Referem-se às parcelas finais de pagamentos decorrentes dos contratos de aquisição de empresas. O montante devido pela aquisição da Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. é atualizado pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI.

No exercício de 2014, a Prosegur Brasil S.A assumiu dívidas advindas de sua controladora TSR Participações Societárias S.A., referente à aquisição da empresa Transpev Transporte de Valores e Segurança Ltda., e parte da dívida remanescente da aquisição do Grupo Nordeste. O valor da dívida da empresa Transpev estava sendo objeto de discussão entre as partes e, em 2014, houve uma decisão judicial que desobrigou a Prosegur Brasil a realizar o respectivo pagamento. O saldo referente a esta operação foi de R\$ 32.812, que liquidou parte da obrigação de JCP a Pagar provisionado no ano anterior. O saldo que a Companhia assumiu referente à obrigação da compra do Grupo Nordeste foi para futuro abatimento com os desembolsos que são de responsabilidades dos antigos sócios deste grupo, registrado na rubrica Créditos a Receber de Terceiros, conforme nota explicativa 10.

Também no exercício de 2014 a Prosegur Brasil S.A realizou a aquisição de 100% da empresa Transvig Transporte de Valores e Segurança Ltda., sendo que R\$5.000 do total da compra foram parcelados em cinco parcelas anuais atualizadas por 100% da CDI.

No exercício de 2015, a Prosegur Brasil S.A assumiu as dívidas advindas de sua controladora TSR Participações Societárias S.A. referente a compra do Grupo Nordeste. Em 31 de março de 2015 foi incorporado o montante de R\$209.168, que é atualizado pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI. No exercício de 2015 gerou juros no valor de R\$16.243, e foi liquidado o montante de R\$68.053. Em contra partida desta operação a Prosegur Brasil S.A liquidou o saldo Dividendos a Pagar (R\$198.637) junto a controladora sendo R\$21.159 deliberado em períodos anteriores e R\$177.478 deliberado no exercício de 2015.

	2015	2014
Grupo Nordeste	157.358	205.564
Grupo Nordeste (Non Compete)	27.802	36.951
Transvig	4.623	5.000
Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	3.069	5.365
	<u>192.852</u>	<u>252.880</u>
Circulante	96.776	120.842
Não Circulante	96.076	132.038

As parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	2015	2014
2016	-	12.600
2017	93.762	64.019
2018	1.157	54.419
2019	1.157	1.000
	96.076	132.038

19 Capital social e reservas - controladora

Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$505.703 era composto de ações nominativas e com valor nominal de R\$17,07 (em Reais), conforme segue:

	Quantidade de ações (em unidades)		Total (em Reais)	% Partic.
	Ordinárias	Preferenciais		
Acionistas				
Juncadella Prosegur Internacional S.A	8.679.296	2.886.739	241.235	48%
Prosegur Companhia de Seguridad S.A	9.515.167	3.164.750	264.468	52%
	18.194.463	6.051.489	505.703	100%

a. Reorganização societária

No exercício de 2015 o Grupo Prosegur Brasil passou por uma reorganização societária, a qual resultou em uma operação de incorporação reversa em 31 de outubro deste mesmo ano, sendo Prosegur Holding S.A incorporada na TSR Participações Societárias S.A. Com isto o capital social da da Companhia que em 31 de dezembro de 2014 na sua totalidade por ações da Prosegur Holding S.A, passou a partir de 01 de outubro de 2015 a ser composto da maneira no exposto no quadro anterior.

b. Adiantamentos para futuro aumento de capital

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 29 de novembro de 2012 (registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 11 de abril de 2013), foi deliberado o aumento de capital da Companhia pela integralização da totalidade do Adiantamento para aumento de capital que estava constituído, até a data da Assembleia, no montante de R\$ 121.832. Em razão do aumento de capital foram subscritas 7.137 mil novas ações, das quais 5.329 mil ações ordinárias e nominativas, e 1.808 mil ações preferenciais nominativas. A acionista Prosegur Holding e Participações S.A. subscreveu a totalidade das ações.

No exercício de 2014 de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 10 de abril de 2014 a Companhia transferiu o saldo de Adiantamento para futuro aumento de capital para o capital social no montante de R\$81.667 e R\$90.366 para reserva de capital sendo considerado um ágio na emissão de ações.

c. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço do seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, que se refere a transações de capital com os sócios.

d. Reserva de lucros

• ***Reserva legal***

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76. Em 2014 não foi constituído nenhum montante de reserva legal pelo fato do saldo de reserva legal, acumulado até o final do exercício anterior, acrescido da reserva de capital, estar superior ao capital social em 30%, conforme parágrafo 1º do art. 193 da Lei 6.404/76.

• ***Reserva de retenção de lucros***

O montante de R\$ 51.852 foi utilizado para a distribuição antecipada de dividendos, conforme Assembleia Geral realizada em 26 de setembro de 2014. Adicionalmente, houve R\$ 452 de amortização de reserva de reavaliação, gerando um saldo de reservas de lucros retidos gerados até o exercício de 2014 no montante de R\$452.378.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Exercício de 2015

Em reunião da Diretoria realizada em 31 de outubro de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos apurados em anos anteriores nos montantes de R\$62.109, proporcional a participação de cada um dos acionistas, proporcional à participação de cada um dos acionistas à data deliberada.

Tais deliberações foram tomadas com base no saldo de lucros retidos de períodos anteriores.

Exercício de 2014

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório pode ser assim demonstrado:

Lucro líquido do exercício	122.851
Reserva legal	-
Base de cálculo dos dividendos	122.851
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	30.713

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de setembro de 2014, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio, no montante de R\$51.852, proporcional à participação de cada um dos acionistas à data deliberada.

Tais deliberações foram tomadas com base no saldo de resultado do exercício de 2014 até o mês de agosto.

20 Instrumentos financeiros - consolidado

Visão geral

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração no Brasil juntamente com a Administração da matriz na Espanha tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os Diretores são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva

estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pelo departamento de contas a receber a fim de identificar perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela Administração da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente.

Gestão de capital

O objetivo da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança da controladora, credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Ela monitora as margens de lucro reais em relação aos retornos esperados para cada uma das linhas de serviços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2015	2014
Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e créditos com partes relacionadas)	<u>815.328</u>	<u>788.783</u>
Total	<u>815.328</u>	<u>788.783</u>

Perdas por redução no valor recuperável

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2015	2014
Saldos em 1º de janeiro	(34.642)	(23.765)
Créditos provisionados no exercício	(9.329)	(12.917)
Baixas definitivas de títulos	<u>5.191</u>	<u>2.040</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>(38.780)</u>	<u>(34.642)</u>

Com base nas taxas de inadimplência históricas, o Grupo acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 180 dias.

b. Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2015	2014
Passivo financeiro não derivativo		
Fornecedores	154.681	145.512
Recebimento antecipado de Duplicatas Descontadas	-	23.976
Empréstimos e financiamentos	96.733	5.298
Debêntures	73.421	104.852
Obrigações por compra de participações	192.852	252.880
Débitos com partes relacionadas	<u>66.612</u>	<u>-</u>
Total	<u>584.299</u>	<u>532.518</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

31 de dezembro de 2015	Valor Contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	Acima 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	154.681	121.320	33.361	-
Empréstimos e financiamentos	96.733	94.240	1.941	552
Debêntures	73.421	49.643	23.778	-
Obrigações por compra de participações	192.852	96.776	93.762	2.314
Débitos com partes relacionadas	66.612	-	-	66.612
Total	<u>584.299</u>	<u>361.979</u>	<u>152.842</u>	<u>69.478</u>

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxa variável era:

	2015	2014
Ativos financeiros (Aplicações Financeiras Equivalentes de caixa)	40.830	114.513
Passivos financeiros (Arrendamento mercantil, Obrigações por compra de participações, Capital de Giro, Finame e Debêntures)	363.006	181.443

Risco cambial

Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com as suas acionistas Prosegur Companhia de Seguridad S.A.(Controladora) e Juncadella Prosegur Internacional S.A., sediadas na Espanha e Argentina respectivamente, cujos valores a pagar e a receber correspondem a R\$90.728 e R\$66.751, respectivamente (R\$14.942 e R\$49.254, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014) e que estão contratados em Euros.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, ao final do período de relatório, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

	Lucro ou prejuízo		Patrimônio líquido	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
Debêntures (CDI)	(37)	37	(37)	37
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(37)	37	(37)	37

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

TSR Participações Societárias S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

	31/12/2015			31/12/2014		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	90.945	40.830	131.775	34.396	114.513	149.109
Contas a receber de clientes	462.498	-	462.498	495.414	-	495.414
Créditos com partes relacionadas	221.005	-	221.005	144.260	-	144.260
	<u>774.448</u>	<u>40.830</u>	<u>815.278</u>	<u>674.070</u>	<u>114.513</u>	<u>788.783</u>
	31/12/2015			31/12/2014		
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	96.733	-	96.733	29.274	-	29.274
Debêntures	73.421	-	73.421	104.852	-	104.852
Fornecedores	154.681	-	154.681	145.512	-	145.512
Débitos com partes relacionadas	66.612	-	66.612	-	-	-
	<u>391.447</u>	<u>-</u>	<u>391.447</u>	<u>279.638</u>	<u>-</u>	<u>279.638</u>

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Equivalentes de caixa** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.
- **Clientes, Fornecedores e Partes relacionadas** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos, financiamentos e Debêntures** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativos

Em 31 de dezembro de 2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	-	40.830	-	40.830
Total de ativos	-	40.830	-	40.830
Em 31 de dezembro de 2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	-	114.513	-	114.513
Total de ativos	-	114.513	-	114.513

21 Receita - consolidado

	2015	2014
Receita bruta		
Menos:	3.440.465	3.502.071
Impostos sobre vendas		
Devoluções e abatimentos	(358.052)	(364.816)
	<u>(25.452)</u>	<u>(33.047)</u>
Total de receita líquida	<u><u>3.056.961</u></u>	<u><u>3.104.208</u></u>

22 Custos e despesas operacionais - consolidado

O Grupo optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

Custos e despesas por função

	2015	2014
Custo dos serviços prestados	(2.339.271)	(2.324.148)
Despesas comerciais	(144.935)	(144.996)
Despesas gerais e administrativas	<u>(563.407)</u>	<u>(426.013)</u>
Total de Custos e Despesas Operacionais	<u><u>(3.047.613)</u></u>	<u><u>(2.895.157)</u></u>

Custos e despesas por natureza

	2015	2014
Custos e Despesas com Pessoal	(2.136.459)	(2.097.073)
Amortização e Depreciação	(131.512)	(125.033)
Aluguéis	(126.619)	(123.985)
Processos trabalhistas, cíveis e tributários	(81.191)	(100.539)
Outros custos e despesas operacionais	<u>(571.832)</u>	<u>(448.527)</u>
Total de Custos e Despesas Operacionais	<u>(3.047.613)</u>	<u>(2.895.157)</u>

23 Receitas e despesas financeiras

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2015	2014	2015	2014
Juros sobre aplicações financeiras	9.754	13.481	124	3
Variação cambial ativa	56.163	7.979	3.981	1.017
Juros sobre operações entre empresas do Grupo	45.318	16.400	2.720	-
Outras receitas financeiras	<u>14.816</u>	<u>12.443</u>	<u>1.038</u>	<u>2.025</u>
Receitas financeiras	<u>126.051</u>	<u>50.303</u>	<u>7.863</u>	<u>3.045</u>
Despesas de juros	(83.129)	(64.373)	(7.096)	(26.176)
Despesas com comissão	(2.279)	(2.284)	-	-
Variação cambial passiva	(49.653)	(8.302)	(4.131)	(12.033)
Juros sobre operações entre empresas do Grupo	(71.288)	(13.216)	(17.299)	-
Outras despesas financeiras	<u>(1.014)</u>	<u>(7.026)</u>	<u>(1.537)</u>	<u>(2.124)</u>
Despesas financeiras	<u>(207.363)</u>	<u>(95.201)</u>	<u>(30.063)</u>	<u>(40.333)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(81.312)</u>	<u>(44.898)</u>	<u>(22.200)</u>	<u>(37.288)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Lucro contábil antes dos impostos	(54.246)	166.539	(51.970)	104.528
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(18.444)	56.623	(17.670)	35.540
Resultado de equivalência patrimonial	(4.943)	(811)	7.581	(51.870)
Juros sobre capital próprio	-	837	-	13.336
Adições Permanentes	18.525	4.970	55	4.398
Diferenças Temporárias sobre as quais não foram constituídos impostos diferidos	(7.517)	172	-	-
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal não constituído	(3.635)	5	(3.635)	5
Compensação 30% do prejuízo fiscal/Saldo Refis	-	(19.718)	-	(19.708)
Incentivos	-	(278)	-	-
Outros	52	2.549	(64)	(24)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(15.961)	44.349	(13.732)	(18.323)
Diferido	(14.970)	(30.660)	(13.749)	(19.285)
Corrente	(992)	75.009	16	962
Alíquota efetiva	29%	27%	26%	(18%)

b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos - consolidado

Impostos diferidos ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ágio	63.283	192.918	-	-	63.283	192.918
Diferenças temporárias	160.831	52.345	-	-	160.831	52.345
Prejuízo fiscal e base negativa	25.406	-	-	-	25.406	-
Alocação de intangíveis	-	-	(157.725)	(174.474)	(157.725)	(174.474)
Reavaliação imobilizado	-	-	(139)	(531)	(139)	(531)
Impostos ativos (passivos)	<u>249.520</u>	<u>245.263</u>	<u>(157.864)</u>	<u>(175.005)</u>	<u>91.656</u>	<u>70.258</u>

25 Partes relacionadas

Controladora e controladora final

Sua controladora é Prosegur Cia de Seguridad S.A., sediada na Espanha.

Remuneração de pessoal-chave da administração

O montante dos gastos incorridos com honorários e encargos sociais dos administradores em 2015 foi de R\$9.476(R\$11.873 em 2014).

Mapa de transações com partes relacionadas – consolidado

	Débito/(Crédito)					
	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladora						
Prosegur Companhia de Segurid S.A	66.751	(32.275)	68.829	14.942	(49.254)	31.155
Controladas						
Prosegur Brasil S.A	1.670	-	7.127	-	-	-
Centro de Treinamento Prosegur Ltda	-	-	-	-	-	-
Coligadas						
Prosegur Tecnologia Sist de Seg e Ltda	75.842	-	(741)	51.329	-	(2.318)
Prosegur Administração de Recebíveis	-	(7.433)	2.552	-	-	-
Setha Ind Eletrônica Ltda	21.160	-	(667)	11.701	-	191
Prosegur Activa Alarmes S.A	5.117	-	-	22.358	(1)	(1.843)
Juncadella Prosegur Internacional S.A	-	(58.453)	-	-	-	-
Prosegur Gestão de Ativos Ltda	47.956	-	-	37.948	(1.942)	5.402
Prosegur Sistemas Ltda	-	-	28.570	-	-	-
Outras	4.342	(1.449)	(240)	6.013	(59)	2
	222.838	(99.610)	105.430	144.291	(51.256)	32.589
Sumário por natureza						
Crédito com partes relacionadas	221.055	-	-	144.260	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	(66.612)	-	-	-	-
Clientes	1.783	-	-	31	-	-
Fornecedores	-	(32.998)	-	-	(51.256)	-
Receita com empresas do Grupo	-	-	(1.648)	-	-	(4.161)
Custo/Despesas com empresas do Grupo	-	-	107.078	-	-	36.750
Total	222.838	(99.610)	105.430	144.291	(51.256)	32.589

As obrigações líquidas com a controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A. se referem a operações de mútuos, os quais são atualizados pela variação do Euro mais a variação da TJLP.

Os créditos mantidos com a Prosegur Tecnologia, decorrem de empréstimos de mútuo corrigidos pela remuneração de 100% do CDI. As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo, as quais são corrigidas pela TJLP. Embora os contratos de mútuos possuam data de vencimento por prazo indeterminado, os débitos com partes relacionadas estão no passivo não circulante, pois, não há expectativa dos mesmos serem liquidados nos próximos 12 meses.

As operações que afetam o resultado incluem a parcela aplicável à Prosegur Brasil referente às despesas corporativas rateadas pela controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A, assim também como rateio de despesas corporativas local e os juros sobre as operações de mútuo.

* * *

Diretoria Administrativa

Aprigio Rello Junior
Alessandro Abrahão
José Luis Rodrigues

Diretor Financeiro

Miguel Torres Tavara

Responsável técnico

Graziella Figueiredo Ferreira
Gerente Corporativa Contábil
CRC-MG 080210/O-8